

## CENTRO LOGISTICO DO MATERIAL DA MARINHA

**Estudo Técnico Preliminar 8/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 63268.000769/2026-54

**2. Descrição da necessidade****Aquisição de Tintas e Material de Pintura**

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de tintas e materiais de pintura, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), destinados à manutenção preventiva e corretiva das instalações sob responsabilidade do Centro Logístico do Material da Marinha (CLogMat), bem como ao apoio prestado às Organizações Militares (OM) sediadas no Edifício Barão de Ladário (EdBL).

O presente certame integra um conjunto de contratações correlatas voltadas à conservação e manutenção predial do Edifício Barão de Ladário, compreendendo, de forma sistêmica, as aquisições de materiais de pintura, materiais de obra, materiais elétricos, materiais hidráulicos, materiais de carpintaria, materiais de segurança individual e combate a incêndio, bem como materiais de refrigeração.

Embora todos os certames acima possuam o mesmo objetivo - conservação e manutenção predial do Edifício Barão de Ladário -, a adoção de estratégia de segmentação das contratações por grupos de natureza semelhante decorre da necessidade de assegurar maior eficiência no planejamento, na instrução processual e na gestão contratual, tendo em vista a diversidade técnica dos objetos envolvidos, a especificidade dos mercados fornecedores e as distintas exigências de qualificação técnica. Tal abordagem evita a concentração excessiva de itens heterogêneos em um único certame, o que poderia comprometer a competitividade, dificultar a adequada definição de requisitos técnicos e ampliar os riscos na execução contratual.

Adicionalmente, a divisão dos processos busca equilibrar a dimensão dos certames com a capacidade administrativa de gestão, permitindo maior celeridade na fase preparatória e maior controle na execução das atas de registro de preços, em consonância com o princípio do planejamento previsto na Lei nº 14.133/21, que estabelece que as contratações públicas devem ser precedidas de adequado planejamento, compatível com as necessidades da Administração.

Nesse contexto, a solução adotada visa a organização dos processos de forma a mitigar riscos, ampliar a competitividade e assegurar maior eficiência administrativa.

Por fim, a presente contratação está alinhada à missão institucional do Centro Logístico do Material da Marinha, que compreende, entre outras atribuições, o suporte às Organizações Militares do Setor do Material localizadas no Edifício Barão de Ladário, mediante a centralização de atividades administrativas e logísticas, contribuindo para a manutenção da infraestrutura necessária ao adequado funcionamento das referidas organizações.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada para essa contratação, considerando que a demanda por estes materiais ocorre de forma parcelada e conforme a necessidade, em razão da natureza contínua das atividades de manutenção predial e da possibilidade de atendimento às diversas OM apoiadas pelo CLogMat no EdBL. Tal sistemática permite maior eficiência administrativa, evitando aquisições emergenciais e possibilitando a reposição de materiais conforme a evolução das demandas de manutenção.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Administração	CT Frota

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação****Requisitos de Sustentabilidade**

Para os itens relacionados nos grupos 1, 2, 3 e 4, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes e a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

As atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais estão elencadas no ANEXO I da IN 13/2021 IBAMA, consolidado pela IN 6/2022.

A inscrição no Cadastro Técnico Federal não desobriga as pessoas físicas ou jurídicas de obter as licenças, autorizações, permissões, concessões, PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades.

### **Sobre a exigência de marcas**

Nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, **não será exigida a indicação de marca específica**, devendo os licitantes apresentar proposta que atenda integralmente às especificações técnicas e aos requisitos de sustentabilidade definidos neste ETP, de modo a garantir isonomia e ampliar a competitividade do certame.

### **Sobre as garantias da contratação**

Não haverá exigência das garantias da contratação previstas no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Porém, considerando a necessidade de assegurar o cumprimento das obrigações contratuais por parte do contratado, será exigido Atestado de Capacidade Técnica, conforme critérios abordados na seção "6 - Descrição da Solução como um todo".

### **Sobre a participação de cooperativas e consórcios**

Quanto à participação de cooperativas, verifica-se que não há vedação legal para sua participação no presente certame, desde que atendidos integralmente os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, bem como as especificações técnicas do objeto, em observância aos princípios da isonomia e da competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

No que se refere à participação de consórcios, embora a legislação permita sua admissão, a decisão é discricionária da Administração, devendo estar devidamente motivada. No caso concreto, trata-se de aquisição de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, de baixa complexidade técnica e execução simples, não havendo necessidade de conjugação de capacidades técnicas distintas. Dessa forma, a participação de consórcios não se mostra necessária nem vantajosa, podendo acarretar maior complexidade na gestão e fiscalização contratual. Assim, opta-se pela vedação à participação de consórcios, por razões de eficiência administrativa, economicidade e adequada gestão dos riscos da contratação.

### **Manifestação quanto à observância do princípio da padronização**

Em atendimento ao princípio da padronização, procedeu-se à verificação da existência de catálogo de padronização aplicável aos objetos da presente contratação, não tendo sido identificados, no âmbito institucional, modelos previamente padronizados que atendessem integralmente quaisquer itens desta contratação.

### **Justificativa para a não adoção de cota reservada**

Justifica-se a não adoção de cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte nos Grupos 1, 2 e 3, tendo em vista que tais grupos compreendem a aquisição de tintas, cuja utilização demanda rigorosa uniformidade de tonalidade e padrão de cor.

A eventual divisão do objeto entre diferentes fornecedores pode acarretar variações perceptíveis de cor entre marcas e lotes distintos, mesmo quando observadas especificações técnicas semelhantes, o que comprometeria a padronização estética das instalações e poderia gerar a necessidade de repintura integral de áreas para correção visual, ocasionando desperdício de material e aumento de custos para a Administração.

Dessa forma, a contratação por fornecedor único para os referidos grupos mostra-se tecnicamente mais adequada e economicamente vantajosa, assegurando a uniformidade das cores e a eficiência na execução das manutenções prediais.

Ressalta-se, por outro lado, que o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte está sendo observado no certame, uma vez que o Grupo 4 será destinado exclusivamente à participação de ME/EPP, tendo em vista que seu valor estimado é inferior a R\$ 80.000,00, em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 123/2006.

### **Justificativa para a não adoção de cota reservada – Grupo 5**

Nos termos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabelece o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, a Administração deve, sempre que possível, promover a participação desses segmentos, inclusive mediante a adoção de cotas reservadas.

Entretanto, a própria sistemática normativa admite a não aplicação dessa prerrogativa quando houver justificativa técnica devidamente motivada, especialmente nos casos em que tal medida possa comprometer a eficiência da contratação ou a adequada execução contratual.

No presente caso, considerando a natureza da contratação — aquisição de tintas e materiais de pintura destinados à manutenção predial e ao atendimento de múltiplas Organizações Militares apoiadas pelo Centro Logístico do Material da Marinha —, verifica-se que a eventual segregação do Grupo 5 para fins de cota reservada implicaria fragmentação indevida do fornecimento, com potencial prejuízo à gestão contratual.

Destaca-se que a estratégia adotada no Estudo Técnico Preliminar foi estruturada com base na segmentação por grupos de natureza semelhante, justamente para assegurar maior eficiência no planejamento, na instrução processual e na gestão contratual, evitando a dispersão de responsabilidades e a ampliação dos riscos na execução.

Nesse contexto, a criação de cota reservada para o Grupo 5 poderia resultar na multiplicidade de fornecedores para itens correlatos, dificultando o controle de entregas, a padronização dos materiais, a logística de distribuição entre as unidades apoiadas e o acompanhamento contratual, em confronto aos princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **Indicação quanto à exigência de amostras**

Não será exigida a apresentação de amostras para os itens objeto da presente contratação.

A decisão fundamenta-se no fato de que já foi estabelecida, entre os requisitos de habilitação técnica, a obrigatoriedade de apresentação de catálogo técnico do fabricante para os produtos ofertados, o qual deverá conter especificações detalhadas suficientes para a verificação do atendimento aos requisitos de qualidade e desempenho definidos no instrumento convocatório.

Tal medida permite à Administração aferir, de forma objetiva e prévia, a conformidade dos materiais com as especificações técnicas exigidas, sem a necessidade de análise física de amostras, garantindo celeridade ao certame e racionalização dos procedimentos, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **5. Levantamento de Mercado**

No âmbito do levantamento de mercado, foi analisada a alternativa de contratação de serviço de pintura em substituição à aquisição de tintas e materiais de pintura.

Verificou-se que a contratação de serviços de pintura não se mostra a solução mais vantajosa para a Administração, sob os aspectos técnico e econômico. Do ponto de vista técnico, as atividades de pintura relacionadas à manutenção preventiva e corretiva das instalações sob responsabilidade do Centro Logístico do Material da Marinha são executadas de forma contínua, sob demanda e conforme planejamento interno, inclusive com emprego de recursos humanos próprios ou apoio pontual às Organizações Militares atendidas.

Nesse contexto, a contratação de serviço de pintura implicaria a transferência da execução para terceiros, reduzindo a flexibilidade operacional da Administração e dificultando o atendimento de demandas emergenciais ou de pequena monta, que exigem pronta intervenção e gestão direta.

Sob o aspecto econômico, a contratação de serviços de pintura apresenta custo global mais elevado, uma vez que engloba não apenas o fornecimento dos materiais, mas também mão de obra, encargos sociais, custos indiretos e margem de lucro da contratada. Por outro lado, a aquisição direta dos materiais possibilita maior controle sobre os custos, melhor aproveitamento dos insumos e otimização dos recursos públicos, especialmente considerando o caráter recorrente das atividades de manutenção predial.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição de tintas e materiais de pintura, por meio do Sistema de Registro de Preços, configura-se como a solução mais eficiente e economicamente vantajosa para o atendimento da necessidade administrativa.

Para fins de análise, foram consideradas contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, bem como especificações técnicas usualmente empregadas em processos licitatórios voltados à aquisição de tintas e insumos para pintura predial. A análise dessas contratações permitiu verificar que o mercado dispõe de diversos fabricantes e fornecedores capazes de atender às demandas de fornecimento de tintas com padrões técnicos equivalentes, utilizadas em serviços de manutenção e conservação de edificações.

O levantamento indicou que as tintas destinadas à pintura predial constituem produtos padronizados e amplamente comercializados, disponíveis no mercado em diferentes marcas e linhas de produtos, desde que observadas as especificações técnicas e normas aplicáveis. Dessa forma, não foram identificadas soluções tecnológicas inovadoras ou metodologias alternativas que representassem vantagens relevantes em relação ao fornecimento convencional de tintas utilizadas em serviços de manutenção predial.

Adicionalmente, verificou-se que o mercado apresenta quantidade significativa de fornecedores, incluindo fabricantes, distribuidores e revendedores, não sendo identificadas restrições relevantes à competitividade para o fornecimento do objeto pretendido.

## 6. Descrição da solução como um todo

### Qualificação do Objeto

O objeto da presente contratação consiste na aquisição eventual e futura de tintas e material de pintura, classificados como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, com base em especificações usuais de mercado.

O objeto da presente contratação enquadra-se como bem de qualidade comum, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, por se tratar de materiais de consumo amplamente disponíveis no mercado, sem características de luxo ou sofisticação, destinados à manutenção predial rotineira, com padrão usual de desempenho e qualidade.

### Sobre a vigência da contratação

Em conformidade com o item IX do Art. 15º do Decreto Nº 11.462/23, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

### Proposta

A proposta deverá conter catálogo detalhado do fabricante, indicando, de forma clara e objetiva, o atendimento a cada requisito descrito na planilha "Demanda dos itens 2026 - MAT PINTURA.", anexo ao presente Estudo, que constará no item 1.1 do Termo de Referência, bem como as informações de tamanho, cor, material, dimensões, marca e modelo, entre outras pertinentes, sob pena de desclassificação caso não seja possível comprovar que o item ofertado atende integralmente aos requisitos técnicos da contratação.

Para os itens relacionados nos grupos 1, 2, 3 e 4, só será admitido o catálogo oficial do fabricante, a fim de garantir a conformidade com os critérios legais de sustentabilidade, bem como permitir a correta análise das características do produto.

### Qualificação Técnica

Será exigida a comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ao objeto da contratação, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando a execução de fornecimento compatível em características, quantidades e complexidade com o objeto licitado.

Adicionalmente, será exigida a comprovação de fornecimento mínimo correspondente a 20% do quantitativo do item ou grupo, admitido o somatório de atestados, bem como a demonstração de experiência específica conforme a natureza dos grupos licitados (tintas acrílicas, esmaltes, tintas para piso, entre outros).

A exigência de qualificação técnica visa assegurar que o fornecedor possua experiência prévia compatível com o objeto, reduzindo riscos de fornecimento de materiais inadequados ou de baixa qualidade, o que poderia comprometer as atividades de manutenção predial realizadas pela Administração. Considerando a relevância operacional dos materiais — utilizados de forma contínua na conservação das instalações —, a comprovação de capacidade técnica mínima mostra-se medida necessária e proporcional, em consonância com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

### Qualificação econômico-financeira

Será exigida a apresentação de:

- Certidão negativa de falência ou insolvência civil;
- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais;
- Comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- Exigência de capital mínimo de 5% do valor estimado da contratação, caso os índices apresentados sejam iguais ou inferiores a 1 (um).

As exigências de qualificação econômico-financeira têm por finalidade verificar a capacidade da empresa de cumprir as obrigações contratuais assumidas, especialmente quanto à regularidade no fornecimento dos materiais ao longo da vigência da ata de registro de preços. Tais requisitos são essenciais para mitigar riscos de inadimplemento contratual, garantindo a continuidade do abastecimento e a adequada execução das atividades de manutenção predial. As exigências adotadas são compatíveis com a complexidade e o valor da contratação, observando o princípio da proporcionalidade e o disposto no art. 5 da Lei nº 14.133/2021.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de atendimento às demandas de manutenção predial das Organizações Militares sediadas no Edifício Barão de Ladário, bem como às necessidades institucionais do Centro Logístico do Material da Marinha (CLogMat).

Para a definição das quantidades estimadas, foram compiladas as necessidades individuais apresentadas pelas Organizações Militares apoiadas, em conjunto com as demandas internas do CLogMat, bem como as demandas dos órgãos participantes do certame, a saber: Base Naval da Ilha das Cobras (BNIC) e Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR).

Tal consolidação permitiu a construção de um panorama global das necessidades do complexo administrativo atendido pela contratação.

Adicionalmente, a estimativa foi elaborada com base no histórico de consumo dos exercícios anteriores, de modo a refletir padrões reais de utilização dos materiais, bem como considerando a previsão de realização de reforma geral nas instalações, em virtude da inspeção administrativa prevista para o corrente ano.

Dessa forma, busca-se assegurar o adequado suprimento dos materiais necessários à manutenção e conservação das instalações, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais, com eficiência e racionalidade no uso dos recursos públicos.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 609.768,22

A estimativa do valor da contratação foi apurada com base em pesquisa de preços realizada 09 de abril de 2026. Considerando as cotações obtidas e a metodologia de apuração, o valor estimado da contratação é de R\$ 609.768,22. (seiscentos e nove mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e dois centavos)

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A adoção do critério de julgamento pelo menor valor global por grupo tem por finalidade promover maior competitividade e atratividade ao certame, ao mesmo tempo em que assegura ganhos de eficiência e economicidade para a Administração Pública.

A partir da análise de contratações anteriores conduzidas no âmbito do Centro Logístico do Material da Marinha (CLogMat), verificou-se que a utilização do critério de menor valor unitário por item, em determinados casos, ocasionou dificuldades na fase de execução contratual, notadamente em situações nas quais empresas vencedoras de itens de baixo valor ou relevância apresentaram resistência ou recusa no fornecimento após a adjudicação.

Nesse contexto, a adoção do critério de menor valor global por grupo mostra-se mais adequada, pois amplia a atratividade econômica para os licitantes, permitindo que as empresas sejam vencedoras de um conjunto de itens correlatos, o que contribui para maior comprometimento com a execução contratual e redução dos riscos de inadimplemento.

Adicionalmente, essa sistemática tende a incentivar a formulação de propostas mais vantajosas para a Administração, uma vez que os licitantes, ao buscarem a adjudicação do grupo como um todo, ajustam suas margens de lucro, inclusive em itens de menor valor, resultando em economia global no certame.

Ressalta-se, ainda, que a divisão da solução em número maior de processos ou em itens isolados mostra-se tecnicamente e administrativamente desvantajosa, pois implicaria aumento significativo do esforço de planejamento, condução e gestão contratual, incompatível com a capacidade operacional disponível no CLogMat.

Por fim, destaca-se que a estruturação em grupos de itens com características semelhantes não compromete a competitividade do certame, ao contrário, possibilita a participação de empresas de diferentes portes e níveis de especialização, incluindo aquelas focadas em nichos específicos, bem como empresas com atuação mais ampla, assegurando isonomia e ampliação da disputa.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação não possui vínculo direto de interdependência com outros processos de aquisição em andamento ou planejados pelo CLogMat.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente demanda está alinhada ao Plano Anual de Contratações (PAC) e ao Plano de Logística Sustentável (PLS).

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Além de proporcionar um ambiente bem conservado e visualmente agradável, o que contribui significativamente para o bem-estar psicológico e moral da tripulação e dos servidores civis, esta contratação busca também a economicidade e a autonomia.

A economicidade e a autonomia são alcançadas pelo uso da mão de obra própria para a execução de pequenos reparos e manutenções de rotina.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

As medidas para mitigar possíveis impactos ambientais já foram abordadas nos Requisitos da Contratação, item IV deste Estudo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação está alinhada ao planejamento das aquisições da organização, tendo sido estruturada com base em levantamento consolidado das demandas, histórico de consumo e previsão de necessidades futuras, de modo a assegurar o adequado suporte às atividades de manutenção e conservação das instalações.

No aspecto econômico, a modelagem proposta favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, promovendo o uso eficiente dos recursos públicos.

Adicionalmente, a estratégia de contratação definida contribui para a mitigação de riscos, aumento da competitividade e melhoria da gestão contratual, em conformidade com as boas práticas de planejamento e com as diretrizes estabelecidas para as contratações públicas.

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade da contratação, considerando sua adequação às necessidades administrativas e sua conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**THIAGO LUIZ FROTA SOARES**

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 10:21:26.